

Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento

Culture, Identity and Local Development: concepts and perspectives for developing regions

Cultura, Identidad y Desarrollo Local: conceptos y perspectivas para regiones en desarrollo

Emília Mariko Kashimoto, Marcelo Marinho e Ivan Russeff
Universidade Católica Dom Bosco

Contato: marinho@ucdb.br

Resumo: As reflexões acerca do desenvolvimento local de uma determinada comunidade – auto-identificada, em essência, por referências culturais e ambientais – remetem, necessariamente, à questão da melhoria da qualidade de vida dessa população. De uma maneira geral, a relação dessa melhoria com o incremento de atividades produtivas é direta, mas não exclusiva. Ademais, é opinião unânime, dentre os autores que tratam do tema, a necessidade da observação do uso sustentável dos recursos naturais, simultaneamente à valorização e preservação da cultura do lugar. A cultura será aqui considerada como conjunto de ações que podem conduzir ao fortalecimento da auto-estima da comunidade. Pode-se dizer, com Ruijter e Tijssen (1995), que a cultura, ao invés de um obstáculo ao progresso, emerge como manancial de inusitadas experiências e de evidente sabedoria locais, diretrizes úteis à criação coletiva e compartilhada de uma vida melhor. Este artigo trata das relações entre cultura e desenvolvimento, com ênfase no papel do patrimônio cultural (tangível e intangível) para o fortalecimento da identidade local e o desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: Cultura; Desenvolvimento Local; Identidade.

Abstract: Reflections as to the local development of a certain community – self-identified, in essence, by cultural and environmental references – necessarily go back to the question of the improvement of the quality of life of this population. Furthermore, the authors who handle this theme are unanimous as to the necessity of observing the sustainable natural resources, simultaneously with the appraisal and preservation of local culture. Culture here will be considered as a set of actions that can lead to the strengthening of the self-esteem of the community. It can be said with Ruijter and Tijssen (1995) that culture, instead of being an obstacle to progress, emerges as an ever-flowing stream of surprising experiences and of evident local wisdom, useful directions for the collective creation and sharing of a better life. This article approaches the relationships between culture and development, with emphasis on the role of cultural patrimony (tangible and intangible) for the strengthening of local identity and community development.

Key words: Culture; Local Development; Identity.

Resumen: Las reflexiones acerca del desarrollo local de una determinada comunidad - autoidentificada, en esencia, por referencias culturales y ambientales - remiten, necesariamente, a la cuestión de la mejora de calidad de vida de esa población. De una manera general, la relación de esa mejoría con el incremento de actividades productivas es directa, mas no exclusiva. Además, es opinión unánime, entre los autores que tratan del tema, la necesidad de la observación del uso sostenible de los recursos naturales, simultáneamente a la valorización y preservación de la cultura del lugar. La cultura será aquí considerada como un conjunto de acciones que pueden conducir al fortalecimiento del autoestima de la comunidad. Se puede decir, con Ruijter y Tijssen (1995), que la cultura, al revés, de un obstáculo al progreso, emerge como manantial de inusitada experiencias y de evidente sabiduría locales, directrices útiles a la creación colectiva y compartillada de una vida mejor. Este artículo se refiere a las relaciones entre cultura y desarrollo, con énfasis en el papel del patrimonio cultural (tangible e intangible) para el fortalecimiento de la identidad local y el desarrollo comunitario.

Palabras claves: Cultura; Desarrollo Local; Identidad.

1. Cultura: questões e conceitos

Eu vejo o mundo pelos olhos de minha aldeia.
(Leon Tolstói)

O termo “cultura”, em função de seu emprego iterativo e aleatório nas mais diversas áreas do conhecimento, tornou-se vago e ambíguo como poucos, tanto em nosso quanto em outros idiomas. É possível ver reputados veículos de comunicação, como o *Le Monde*, empregarem expressões como “cultura de guerra” ou “cultura da fome”, expressões compostas por noções mutuamente excludentes e que, ao final, nada dizem por muito dizerem. No intuito de delimitar o conceito, consideram-se aqui definições consagradas como aquela que caracteriza a cultura como um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente, noção que será complementada pela definição segundo a qual a cultura é o conjunto de

soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social. Nesse sentido, a cultura abrangeria diferentes aspectos da vida: *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas e alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outros.

Nessa perspectiva, tal como apontam documentos publicados pela UNESCO, a cultura, ao constituir-se em conjunto distintivo de atributos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social, engloba não somente as artes e a literatura, mas também os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e crenças e os direitos fundamentais do ser humano (Claxton, 1994). A propósito, esse autor considera que a cultura também abrange uma interpretação global da natu-

reza, constituindo um sistema totalizante para compreensão e transformação do mundo, e estabelecendo, por outro lado, relações sistemáticas entre todos os aspectos da vida humana, todas as expressões produtivas das comunidades, sejam elas tecnológicas, econômicas, artísticas ou domésticas.

Assim, ao abranger o conjunto de crenças, valores, técnicas e comportamentos elaborados e apreendidos em comunidade pelos indivíduos ao longo de suas existências, a cultura constitui-se, segundo Ullmann (1991), num orientador à “humanização” do homem, impondo limites também ao comportamento agressivo que caracteriza a face instintiva da humanidade. Ao mesmo tempo em que norteia o comportamento humano, a cultura também incorpora transformações advindas da interculturalidade, fenômeno de natureza tanto vertical (em termos sócio-econômicos ou intelectuais) quanto horizontal (em termos espaciais ou temporais). Desse ponto-de-vista, é possível ainda dizer que, no movimento reverso, a interculturalidade predispõe os indivíduos a se assumirem como a medida de todas as coisas, de maneira que possam imprimir o seu ritmo à marcha do mundo. Com essa “hominização da vida”, no dizer de Paulo Freire (2000), tornam-se mais vívidas e intensas as relações sociais, não sendo, portanto, ingênua a pretensão de se construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, com o concurso da interculturalidade; para tanto, cada povo deverá contribuir com sua identidade para o cadinho da cultura universal, frustrando as expectativas autoritárias, sempre redivivas, de inviabilizar as idiosincrasias nacionais. Mesmo porque, retomando a epígrafe de Tolstói, é pelo olhar da nossa aldeia que vemos o mundo; e é desse ponto-de-vista que atuaremos sobre ele.

Cultura popular e cultura erudita na perspectiva do desenvolvimento

A cultura popular local, por ser oriunda das relações profundas entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social), simboliza o homem e seu entorno, implicando um tipo de consciência e de materialidade social que evidencia o grau de afeição ou apego a um lugar; esse é um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, posto que permite a configuração da Identidade do

Lugar e de sua população. Portanto, a valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça a individuação e a auto-estima diante do Outro, numa busca de desenvolvimento originário de sua própria criatividade e conforme os seus valores, porque é por intermédio da cultura que o indivíduo e a sociedade interagem com o mundo à sua volta. Thierry Verhelst, célebre ativista de organizações não governamentais na ajuda internacional aos povos, escreveu em 1992 “O Direito à Diferença”, texto no qual afirma que a melhor ajuda para a libertação de um povo é aquela direcionada para a conservação e recuperação da sua identidade, de sua cultura. Perfilhando convicção semelhante, Mário de Andrade, nos idos da década compreendida entre 1920 e 1930, já alertava seus leitores e correspondentes para a relevância da cultura – que, para ele, incorporava desde “os bordados de sua tia”, ao próprio idioma nacional – na afirmação da identidade brasileira.

Nesse sentido, podem-se considerar manifestações da cultura popular local a culinária, o artesanato, o folclore, os idioletos e a paremiologia (ditados, provérbios, ditos e aforismas), a literatura oral (lendas e mitos), a poesia popular, a história oral, a vestuária cotidiana, a música popular, os instrumentos musicais de uso local, a arquitetura espontânea, a fotografia incidental, os ritos de passagem, as manifestações religiosas, as festas populares, a farmacopéia extrativista, a meteorologia popular, as relações locais às modalidades de trabalho e de lazer, as relações locais aos elementos da Natureza, formas de distribuição e exercício do poder local, entre outros.

Por outro lado, a cultura erudita local reflete o grau de auto-estima da população, pois, na medida em que manifestações culturais eruditas recuperam elementos da cultura popular local em detrimento de elementos importados da cultura de alhures, percebe-se que o lugar passa a tecer laços afetivos também com as classes dominantes, aquelas classes que são, em última instância, as detentoras dos bens e dos meios de produção. Igualmente, a cultura erudita local, em seu processo de difusão em espaços exteriores aos limites do lugar, serve como veículo de informações sobre esse mesmo

lugar, podendo reforçar a auto-estima das populações locais e fortalecer o intercâmbio necessário ao bom andamento do desenvolvimento do lugar. No plano da cultura erudita local, as principais manifestações culturais serão a literatura, a musicografia e a fotografia ditas “artísticas”, as artes plásticas, o cinema, a arquitetura e o urbanismo (incluindo-se o paisagismo), o estilismo vestimentar, a historiografia oficial, as formas idioletais cultas, entre outros. Obviamente, rasgos de cultura erudita são igualmente incorporados em maior ou menor grau pelas camadas populares, fato que é facilmente observável na culinária, na música ou na vestuária, por exemplo. Todavia, será preciso lembrar que Mário de Andrade, grande representante e defensor da cultura eminentemente brasileira (e de nossa identidade nacional), deixou clara a idéia de que a discussão sobre cultura popular e cultura erudita é estéril e inoportuna: a preocupação deve centrar-se sobre a ampliação do acesso da população a todas as formas de manifestação cultural.

2. Identidade Cultural e Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul

Além dos problemas levantados por uma nomenclatura e por conceitos demasiadamente amplos quanto ao significado e à abrangência do termo “cultura”, também é preciso estar atento ao fato de que a região central da América do Sul, em especial o Brasil, constitui-se num espaço marcado por corredores migratórios que criam um verdadeiro caldeirão étnico e, por conseqüência, uma verdadeira “caldeirada” cultural, aquele *melting pot*, cadinho de fundição, no qual se encontram, se fundem e se misturam elementos de origem indígena, portuguesa, africana, árabe, armênia, japonesa, italiana, alemã, paraguaia, boliviana, entre tantas outras. Acrescente-se, aos ingredientes do “prato”, a dupla e antinômica condição da origem sócio-econômica dos elementos que formam o conjunto da cultura de um lugar, amalgamando camadas populares e elites (econômica, intelectual, política), e tem-se um complexo objeto de estudo e interpretação rumo à construção da noção de identidade de um lugar e de sua população, noções capitais para o estabelecimento de metas de desenvol-

vimento para a qualidade de vida em uma sociedade.

Todavia, face à índole corrediça de um povo em permanente mutação, tal como acontece com o povo brasileiro, é preciso evitar os riscos de caracterizações fáceis e generalizantes como aquelas que resultam em estereótipos estéreis e nocivos. Nota-se, com Darcy Ribeiro (1995), que a multiplicidade de origens raciais e étnicas da população brasileira não se constitui em fator que origine, em si mesma, um movimento de separação em componentes opostos – processo motivado, sim, pela estratificação de classes; no conjunto da população brasileira é preciso ver, com mais propriedade, a coincidência de oposições, a simultaneidade de contrários. Sérgio Buarque de Holanda elenca, nessa perspectiva, certas características peculiares herdadas dos povos ibéricos pelo povo brasileiro, tais como espírito aventureiro, lealdade e gosto pronunciado pelo ócio ao detrimento do negócio, manifestando-se, em conseqüência, uma certa frouxidão, desordem, indisciplina e indolência, assim como uma tendência para o autoritarismo e tirania; Darcy Ribeiro, em contrapartida, sublinha aspectos positivos dessa índole, tais como a criatividade do aventureiro, a adaptabilidade do flexível, a vitalidade do ousado e a originalidade dos indisciplinados no Brasil. Nesse sentido, é preciso abrir parênteses para lembrar que, em seu livro *O ócio criativo*, Domenico de Masi traça um amplo libelo em defesa do ócio e do lazer, da fruição prazerosa de produtos culturais, como fontes inquestionáveis de inspiração à produção e de implemento da qualidade de vida. Infere-se que o alargamento das bases econômico-sociais para a fruição da cultura e do “ócio criativo” deve instaurar-se como uma das metas de qualquer projeto de desenvolvimento em solo brasileiro, ou em qualquer outra nação do planeta. Afinal, recorrendo novamente a Mário de Andrade, é do bocejo solene da preguiça que surge a inspiração e a felicidade da vida. E para não deixar qualquer dúvida sobre o tema, o poeta acaba consagrando o bordão “Ai que preguiça!”, de Macunaíma, no emblema da malemolente criatividade nacional.

Quanto à identidade do povo brasileiro, esse fator reflete-se, segundo Roberto Da Matta (1991), na maneira pela qual os

indivíduos interrelacionam-se, como, por exemplo, no mítico “jeitinho” das relações interpessoais, no sincretismo religioso, na lealdade aos amigos, no amor ao futebol, ao carnaval, à comida misturada, aos amigos e parentes, características que emergem simultaneamente a preconceitos altamente velados, visto que a sociedade ainda não se concebe e não se assume como altamente hierarquizada. Essa recusa em assumir sua forte hierarquização é um fato que se reflete até mesmo no despojamento da vestuária cotidiana, no emprego de pronomes e no tratamento pessoal informal em situações formais de trabalho.

Com relação à identidade sul-mato-grossense, costuma-se dizer que é fragmentária pelo fato de a região ter sido povoada há pouco tempo, sobretudo a partir da década de 70, período em que a população duplicou aproximadamente a cada ciclo de 10 anos. Campo Grande, a capital do Estado, somava em 1970, segundo o IBGE, uma população de 140.233 habitantes; 30 anos mais tarde, a população já atingiu a cifra aproximada de 700 mil habitantes. Os diversos fluxos migratórios acrescentaram marcas de culturas distintas que aqui se estabeleceram e encontraram terreno propício para o seu desenvolvimento: tereré, churrasco, mandioca amarela, sobá, farinha, piqui, garapa, esfiha, tabule, quibe, palmito guariroba, sopa paraguaia, torresmo, pacu recheado, picanha na chapa, muitas vezes compõem uma mesma mesa, na mesma ocasião em que se ouvem polca ou guarânia, pagode, chamamé ou canções sertanejas. Enquanto igrejas cristãs são inúmeras, proliferam-se terreiros de umbanda, centros espíritas, mesquitas e templos de origem oriental; lojas de umbanda oferecem incensos indianos, símbolos católicos e afro-brasileiros, testemunhando um intenso sincretismo religioso, marca formal da cultura brasileira, segundo Da Matta. Dessa mistura heteróclita decorre grande parte do prazer da existência, da *joie de vivre* da população local, ainda que uma boa parcela da comunidade esteja excluída desse processo. Portanto, é preciso compartilhar de maneira mais justa e equânime a fruição dos bens culturais produzidos coletivamente, de forma a fortalecer a identidade comunitária. Não basta apenas gerar empregos: é preciso dar

combate à exclusão também na esfera da cultura, para que um maior número de pessoas possa gozar do prazer de existência e usufruir de uma melhor qualidade de vida. Também aí devem centrar-se pesquisadores, agentes e projetos de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a identidade sul-mato-grossense é referenciada por elementos associados ao ambiente pantaneiro, tais como o trem, a flora e a fauna do pantanal, a música do grupo Acaba, de Paulo Simões, Almir Sater, Geraldo Roca, a poesia de Manoel de Barros e de Lobivar de Mattos, a pintura de Humberto Espíndola, a culinária regional, a percepção do espaço (dimensões espaciais, cores, matéria e texturas, odores). Nesse espaço múltiplo, segundo Ziliani (2000), o poder hegemônico delinea os aportes identitários da cultura sul-mato-grossense, pois seleciona símbolos, ícones e obras, os quais, por intermédio de instituições e meios de divulgação, tornam-se recorrentes na elaboração dessa identidade. De qualquer forma, o reconhecimento da multiplicidade intercultural de Mato Grosso do Sul é um campo pouco explorado e amplamente aberto a pesquisas de natureza científica. Assim, como incrementar-se o desenvolvimento sul-mato-grossense se a sua cultura é múltipla e ainda majoritariamente desconhecida pelos estudiosos, se a sua identidade não é vislumbrada ou experimentada em sua plenitude por uma população em permanente estado de movimento?

No Brasil, culturas locais abrangem, em essência, comunidades relativamente individualizadas no conjunto da sociedade globalizada, tais como colônias de migrantes, imigrantes, remanescentes de quilombos e indígenas. As pesquisas acerca dessas comunidades implicam uma aproximação etnológica ou *microsociológica* que, segundo Laplantine (1997), volta-se à escala do pequeno e do cotidiano, para a análise de práticas sócio-culturais mais recorrentes, tais como hábitos alimentares e expressões corporais, como forma de se buscar a compreensão das construções intelectuais, doutrinas ou outras manifestações de poder. Nesse sentido, é incipiente, nos dias de hoje, a análise de cultura local face ao desenvolvimento, pois, conforme Kilani (1994), a antropologia estuda apenas os grupos sujeitos ao desenvol-

vimento – focos temáticos tradicionais dos pesquisadores – e raros são os estudos que, no próprio campo de trabalho e no âmbito de um determinado projeto de desenvolvimento, consideram simultaneamente tanto os agentes responsáveis quanto a comunidade que é o objeto do desenvolvimento. Ao analisar-se o desenvolvimento de uma comunidade, será preciso analisar, igualmente, os agentes de desenvolvimento, a saber, organismos governamentais e não governamentais, especialistas em desenvolvimento, organismos de cooperação e entre-ajuda, agências de fomento, agências de concepção e avaliação de projetos.

Notam-se, em diversos estudos, recorrentes reflexões sobre os impactos negativos de ações de desenvolvimento sobre as culturas locais. Por exemplo, processos culturais podem ser acentuados com o incremento de atividades como o turismo, quando se aumenta a densidade populacional e a seletividade na oferta de trabalho, conforme observam Bacal e Miranda (1997): essa dinamização desafia a sustentabilidade dos recursos naturais, assim como a preservação ou a valorização da identidade local.

Nessa acepção, Rist (1994) reflete acerca do fato de que a cultura, privada de sua autonomia e forçada a justificar objetivos que lhe são alheios, poderia tornar-se refém do desenvolvimento. Entretanto, as diferenças podem ser valorizadas, sem que se criem dicotomias ou fricções nocivas à comunidade e aos estudos. Na perspectiva de Kottak (2000), não se concretiza, com a severidade previsível, o antagonismo entre metas econômicas e bem estar cultural, posto que a atenção à cultura também é fator de rendimento econômico. A partir da análise de 68 projetos de desenvolvimento rural implementados pelo Banco Mundial, em diversos países, dentre outras conclusões de Kottak, ressalta-se que:

- é improvável que “as pessoas cooperem com projetos que exijam mudanças de grandes dimensões em suas vidas cotidianas, especialmente aquelas que interferem em demasia nas formas de assegurar-se a subsistência segundo o uso ditado pelos costumes”;
- “os projetos realistas e viáveis promovem mudanças e não apenas inovações exces-

sivas e inócuas”, da mesma forma que “os projetos bem sucedidos respeitam os padrões da cultura local ou, pelo menos, não se impõem ou sobrepõem a esses padrões”;

- “apesar de os planejadores se encantarem em promover a auto-ajuda comunitária e a formação de cooperativas, raramente são analisadas, com profundidade, as organizações locais tradicionais”, que, aos invés de serem concebidas como obstáculos a transpor, “deveriam ser identificadas e aproveitadas como recursos para o desenvolvimento”;
- necessita-se de um “maior uso dos modelos sociais do terceiro mundo para o desenvolvimento do terceiro mundo, modelos que incluem clãs, linhagens e outros grupos aparentados que possuem e exploram, em comum, propriedades e recursos”.

Essas observações enfatizam a necessidade de se conhecer, em profundidade, a identidade cultural local como premissa para o desenvolvimento. Todavia, mais do que ao pesquisador, importa à comunidade reconhecer essa autoidentificação cultural e assumir esse eficaz instrumento com o objetivo de se tornar protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento local.

Segundo Claxton (1994), uma sociedade que confia em sua cultura estará mais aberta e receptiva, fato que transforma o (auto) conhecimento em um instrumento de integridade de um povo. Claxton considera ainda que a abertura cultural a outras idéias e a vontade e capacidade de assimilar idéias de outras culturas influenciam na boa marcha do desenvolvimento. Essas considerações foram delineadas à luz da constatação de que no modelo ocidental de desenvolvimento, o que importa é a completa integração dos novos costumes aos fundamentos culturais de uma comunidade, face à idéia corrente de progresso e à crença na capacidade humana de dominar o meio ambiente e melhorar as condições gerais de existência. Dessa forma, infere-se que a auto-identificação cultural fortalece uma comunidade e a torna apta à manutenção da integridade face às fricções interculturais.

Tal como salienta Goulet (1997/98), o desenvolvimento requer nítidas bases éticas: o respeito à diversidade biológica e cultural; a coexistência de uma pluralidade de cosmovisões, traduzindo-se em tolerância; o

reconhecimento da pluralidade de modelos possíveis; uma aproximação não reducionista da economia; a existência de enfoques pluralistas e não reducionistas sobre a tecnologia; a valoração dos seres humanos como um objetivo último e não meramente como instrumentos; o respeito sagrado à biosfera como base de sustentação da existência humana; a responsabilidade pela administração do cosmos e a integridade de sobrevivência da natureza. O desenvolvimento, acrescenta Goulet, também deve prever o aprimoramento de um profundo *ethos* (ou comportamento) solidário, que se expresse na solidariedade interna dos povos, na solidariedade internacional e na solidariedade entre gerações. Somente a solidariedade pode estancar os efeitos e as dinâmicas excludentes que decorrem das forças de mercado e dos processos de crescimento alheios a qualquer controle ou regulação.

Assim, a expansão das liberdades reais é enfatizada como o objetivo primordial e o principal meio do desenvolvimento, nas idéias divulgadas por Sen (2000): o desenvolvimento de uma comunidade deve referir-se às liberdades substantivas inerentes a capacidades humanas elementares, tais como a capacidade de evitar a fome, de saber ler, de gozar de liberdade política, entre outras. Não por acaso, a UNESCO tem enfatizado que a educação desejável para o novo milênio deve se assentar em quatro pilares principais: Aprender a Conhecer; Aprender a Fazer; Aprender a Conviver e Aprender a Ser (Delors, 1998). São saberes que têm implícitos valores fundamentais a uma educação emancipadora, já explicitados nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, promulgados em 1998: a “estética da sensibilidade”, presente no aprender a conhecer e a fazer, indispensável para promover a criatividade e incentivar a reação crítica à padronização tecnológica do mundo contemporâneo; a “política da igualdade”, subentendida no aprender a conviver, preserva o Direito e a democracia da pilhagem dos autoritarismos de toda espécie, sejam eles políticos, econômicos, culturais, religiosos, morais...; por fim, o valor implícito ao aprender a ser está fundado na “ética da identidade”, sem a qual não se educa para a autonomia e responsabilidade (MEC, 1999).

Ora, a pretensão dos planejadores deve ser a de promover o desenvolvimento local, não a despeito da cultura que se tem, mas segundo as características étnicas e históricas da região. Dessa maneira, não há por que temer o risco apontado por Rist (1994) da subalternização da cultura ao desenvolvimento. Mais ainda conviria sublinhar: a efetivação de um planejamento eficaz, em que a cultura e o desenvolvimento de uma região se harmonizem – e aqui é possível considerar o contexto sul-mato-grossense –, não pode prescindir da educação, cujos valores estéticos, políticos e éticos, deverão respaldar os projetos para que sejam realistas e viáveis.

3. Patrimônio cultural, memória e desenvolvimento

Ao processo de conhecimento da identidade cultural do local agrega-se, de forma indissolúvel, a necessidade do acesso da população à educação, à qual compete contemplar o conhecimento científico e a reflexão acerca das experiências e conhecimentos, tanto globais quanto locais. Quando consegue reconhecer com descortino as características de funcionamento e conseqüências advindas de diferentes projetos de desenvolvimento, a população local pode melhor selecionar as estratégias com as quais se identifica. Simultaneamente, a educação deve valorizar a memória e os costumes da comunidade, em prol do afloramento da identidade e do fortalecimento da auto-estima. Em lugar da fragmentação do conhecimento, devem-se ampliar as possibilidades de questionamentos e interpretação, assim como o respeito à diversidade cultural, tradições e diferenças.

O compromisso histórico contribui para o preservação do patrimônio cultural e natural. A indivisível relação entre o cultural e o natural pode ser exemplificada a partir da observação do Parque Nacional Serra da Capivara incluído, em 1991, na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da UNESCO. Situado no Estado do Piauí, esse Parque destaca-se pelas centenas de sítios arqueológicos – parte dos quais associados aos primeiros povoadores das Américas – e como alternativa de desenvolvimento local. Sob a coordenação da arqueóloga Niéde Guidon, a prática de preservação do patrimô-

nio cultural é ligada, diretamente, ao trabalho de manutenção do ecossistema de caatinga e à melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Foram criadas escolas e desenvolvidas estratégias de conscientização ambiental para evitar caça de animais, queimadas e extração mineral, criando-se, conjuntamente, atividades que valorizam os atributos locais, tais como serviços de monitores para o turismo nos abrigos com pinturas rupestres, assim como para o museu e para o controle de cupim nos abrigos, pois essa térmita destrói pinturas; também desenvolveram-se projetos de implementação de apicultura e de arte cerâmica. Os vínculos da comunidade com a paisagem acentuam-se, numa perspectiva histórica, ao se considerar que o local foi vivenciado por diferentes povos, que se sucederam em distintas práticas culturais.

A proteção do patrimônio cultural é prevista pela própria Constituição da República Federativa do Brasil de 05.10.1988, art. 216, prevendo-se que nele se incluem bens de natureza material e imaterial, tangível e intangível, referências “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) as formas de expressão, (...) os modos de criar, fazer e viver; (...) as criações científicas, artísticas e tecnológicas, (...) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, (...) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. A efetiva preservação dessa memória e dessa paisagem começa no seu (re)conhecimento e (re)valorização pela própria comunidade local.

Para que essa proteção do patrimônio cultural se efetive, é necessário o incremento do processo de educação ambiental e de conscientização da comunidade, local e nacional. A partir de uma reflexão ampla acerca da memória e de sua relação com a qualidade de vida, o passado pode ser observado como um bem para o futuro. Nessa perspectiva, pode-se exemplificar que, cada vez mais, cai em desuso a associação imediata, fruto do senso comum, entre o patrimônio cultural de uma comunidade e o ambiente museológico formado por gabinetes de antiguidades ou

espaços para especialistas ou “desocupados”. O patrimônio cultural subsidia ações de divulgação dos conhecimentos, para reflexão e formação de consciência social, visando ao conhecimento da realidade local e regional e à promoção de recursos humanos. Essas noções podem ser ilustradas com o projeto denominado “Museu Dom Bosco vai à comunidade”, atualmente em implantação nesse museu, em Campo Grande. Esse projeto, subsidiado pelo CNPq e realizado pela UCDB, prevê a integração de distintas áreas do conhecimento (etnologia, arqueologia, zoologia, geologia e paleontologia), e a interação *in loco* com professores, estudantes e a comunidade em geral.

4. Considerações finais

Infere-se, das reflexões aqui desenvolvidas, a necessidade premente de projetos de pesquisa cujo objeto será a valorização da identidade cultural da comunidade em sua qualidade de ferramenta indispensável ao desenvolvimento local. Num quadro em que atuam forças econômicas e ideológicas, numa realidade contraditória e fragmentária, muitas vezes marcada pela inadequação entre discurso e ação, é também necessário o estabelecimento de políticas públicas alheias ao movimento flutuante de sucessões eleitorais, que dêem sustentação à ampliação do acesso popular à educação, à saúde, à moradia, mas também à cultura e ao “ócio criativo”, algumas entre as várias necessidades vitais ao ser humano.

O desenvolvimento local pressupõe esse conjunto de pré-condições para seu crescimento, com vistas à manutenção da identidade local. A criatividade, fruto da interlocução interna à comunidade, instrumentaliza o desenvolvimento de projetos adequados às condições sócio-culturais locais. Em conjunto, estudos técnico-científicos e projetos de longa duração somam-se ao saber empírico local, e tornam efetivo e produtor o conhecimento sobre o lugar. A afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].
- BERRIANE, Mohamed. *Tourism, culture and development in the Arab region: supporting culture to develop tourism, developing tourism to support culture*. Paris: UNESCO, 1999.
- BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *ILPES, Caderno*, Santiago de Chile, n. 29, p. 1-12, 1982.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información*. Economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza, 1997.
- CLAXTON, Mervyn. *Cultura y Desarrollo*. Estudio. Paris: UNESCO, 1994. (unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/)
- CUVELIER, Pascal; TORRES, Emmanuel; GADREY, Jean. *Patrimoine, modèles de tourisme et développement local*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DELORS, Jacques (org.) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.
- GOULET, Denis. Biological Diversity and Ethical Development. En: *ICIS FORUM*, v. 22, n. 1, New York, jan. 1992. In: ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo*. *Boletín de Filosofía*, n. 9, v. 2, Santiago/Chile, 1997/98.
- KILANI, M. Anthropologie du développement ou développement de l'Anthropologie? quelques réflexions critiques. In: RIST, Gilbert (org.). *La culture, otage du développement?* Paris: L'Harmattan/EADI, 1994. p. 15-29.
- KOTTAK, Conrad. La cultura y "el desarrollo económico". In: *Antropología del desarrollo*. Teorías y estudios etnográficos en América Latina. VIOLA, Andreu (comp.) *Antropología del desarrollo*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- LONGHI, Christian; SPINDLER, Jacques. *Le développement local*. Paris: LGDJ, 2000.
- MALHERBE, Michel. *Les cultures de l'humanité*. Le développement est une question de culture. Paris: Editions du Rocher, 2000.
- MEC - Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PECQUEUR, Bernard. *Le développement local: pour une économie des territoires*. Paris: La Découverte & Syros, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- RIST, Gilbert (org.). *La culture, otage du développement?* Paris: L'Harmattan/EADI, 1994.
- RUIJTER, Arie de; TIJSEN, Lieteke van Vucht. Culture and development: an ambivalent alliance. In: *Culture Dynamics in Development Processes*. (Ed. Arie de Ruijter, Lieteke van Vucht Tijssen). Netherlands: Netherlands National Commission for UNESCO, 1995.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ULLMANN, Reinholdo. *Antropologia: o Homem e a cultura*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- ZILIANI, José. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul*. Dourados, 2000. Dissertação (Mestrado) - UFMS.